

ÍNDICE GERAL

TÍTULO I A PROBLEMÁTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I SENTIDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1.º Formação e evolução

1. Noção de direitos fundamentais	11
2. Os direitos fundamentais na história	15
3. A evolução até ao Estado moderno	18
4. Da centralização do poder ao constitucionalismo	22
5. Do Estado liberal ao Estado social	27
6. Direitos fundamentais e regimes políticos nos séculos xx e xxi	33
7. O Estado social, hoje	37
8. A justiça constitucional e os direitos fundamentais	41
9. Os direitos fundamentais para além do Estado	42
10. Gerações futuras e sustentabilidade.	47
11. Direitos fundamentais das gerações futuras?.	51

§ 2.º Conceções de direitos fundamentais

12. As Igrejas Cristãs perante os direitos da pessoa humana	55
13. Outras religiões e outras áreas civilizacionais	58
14. Universalismo e multiculturalismo	61

15. As atitudes filosóficas subjacentes às concepções de direitos do homem	65
16. Direitos e valores	68
17. Os sistemas teórico-jurídicos de direitos fundamentais	73

CAPÍTULO II CONCEITOS AFINS E CATEGORIAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1.º

Direitos fundamentais e conceitos afins

18. Direitos fundamentais e direitos subjetivos públicos	79
19. Direitos fundamentais e direitos de personalidade.	82
20. Direitos fundamentais e situações funcionais	86
21. Direitos fundamentais e direitos dos povos	89
22. Direitos fundamentais e interesses difusos	92
23. Direitos fundamentais e interesses legítimos	97
24. Direitos fundamentais e garantias institucionais	97
25. Direitos fundamentais e deveres fundamentais.	100

§ 2.º

Categorias de direitos fundamentais

26. As classificações	107
27. <i>Status libertatis, status civitatis e status activae civitatis</i>	108
28. Direitos de agir e direitos de exigir	110
29. Direitos de existência, de liberdade, de participação, a prestações e de defesa	111
30. Direitos de liberdade e direitos sociais	113
31. Sentido da distinção	117
32. Sentido da distinção (cont.)	122
33. As vertentes positivas e negativas dos direitos	127
34. A dupla natureza dos direitos ambientais	131
35. Direitos fundamentais individuais e direitos fundamentais institucionais	133
36. Direitos de exercício individual, direitos de exercício coletivo e de exercício individual e coletivo simultaneamente.	139
37. Direitos fundamentais comuns e direitos fundamentais particulares	140
38. Direitos do homem, do cidadão e do trabalhador	142

39. Direitos pessoais, sociais e políticos	143
40. Direitos gerais e direitos especiais	146
41. Direitos fundamentais materiais e direitos fundamentais procedimentais	146
42. Direitos e garantias	148
43. Direitos fundamentais relativos e absolutos?	152

TÍTULO II DIREITOS FUNDAMENTAIS E SISTEMAS CONSTITUCIONAIS

CAPÍTULO I RELANCE COMPARATIVO

44. Sequência	155
45. Comparação de Constituições de alguns Estados	158
46. Comparação das Constituições portuguesas	165
47. Os direitos fundamentais na Constituição de 1976.	168

CAPÍTULO II O ATUAL SISTEMA PORTUGUÊS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

48. A Constituição e os direitos fundamentais	175
49. O tratamento sistemático dos direitos	177
50. A abertura a novos direitos fundamentais	181
51. A abertura a novos direitos fundamentais (cont.).	186
52. Os deveres na Constituição.	196
53. A interpretação e a integração de harmonia com a Declaração Universal.	205
54. O art. 29.º, n.º 2, da Declaração Universal e os limites ao exercício de direitos.	211
55. A dignidade da pessoa humana, fundamento da República	217
56. A dignidade da pessoa humana à face da Constituição	224
57. Dimensões da dignidade	226
58. Dimensões da dignidade da pessoa humana (cont.)	232
59. Dimensões da dignidade da pessoa (cont.)	233
60. Dimensões da dignidade da pessoa (cont.)	234

61. Dimensões da dignidade da pessoa (cont.)	234
62. Dimensões da dignidade da pessoa (cont.)	238
63. Dimensões da dignidade da pessoa (cont.)	241
64. Dimensões da dignidade da pessoa (cont.)	243
65. Dimensões de dignidade (cont.)	245
66. O Estado de Direito	245
67. O Estado de Direito democrático	254
68. Estado de Direito e Estado de Justiça.	257

TÍTULO III O REGIME DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS

69. Os princípios	261
70. Os princípios constitucionais como parâmetros de constitucionalidade	267
71. O art. 17.º e o regime dos direitos, liberdades e garantias	270

CAPÍTULO II PRINCÍPIOS COMUNS

§ 1.º O princípio da universalidade

72. O princípio da universalidade	277
73. Princípio da universalidade e pessoas coletivas	281

§ 2.º O princípio da igualdade

74. A igualdade em geral	285
75. O princípio da igualdade no Direito positivo português	292
76. Sentido da igualdade	299
77. Igualdade e lei.	308
78. Igualdade, administração e jurisdição	313

79. As discriminações positivas.	315
80. A igualdade entre os particulares	318

CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS COMUNS COM ADAPTAÇÕES

§ 1.º

O princípio da proporcionalidade

81. O princípio da proporcionalidade	323
82. Campos de aplicação	328
83. Formas de violação.	331
84. O juízo de proporcionalidade	332

§ 2.º

O princípio da proteção da confiança

85. Segurança jurídica, proteção da confiança, boa fé	337
86. Função legislativa e princípio da proteção da confiança.	341
87. Revisão constitucional e proteção da confiança.	347

§ 3.º

O princípio da eficácia jurídica dos direitos fundamentais

88. A aplicação imediata.	349
89. A vinculação das entidades públicas	355
90. A vinculação das entidades privadas	362
91. A preservação do conteúdo essencial.	373
92. Limites iminentes e restrições.	378
93. A limitação recíproca dos direitos.	384

§ 4.º

O princípio da tutela jurídica

94. Tutela jurídica e acesso ao direito.	389
95. A tutela jurisdicional dos direitos fundamentais	391
96. A tutela jurisdicional dos direitos sociais, em particular	400
97. Atos jurídico-públicos e meios jurisdicionais	404
98. Os procedimentos judiciais do art. 20.º, n.º 5 da Constituição	408

99. A igualdade perante a tutela jurisdicional	412
100. A tutela graciosa ou não contenciosa dos direitos fundamentais.	417
101. O Provedor de Justiça.	421

§ 5.º

O princípio da responsabilidade civil do Estado

102. Evolução constitucional e legislativa	427
103. O art. 22.º da Constituição.	429
104. A responsabilidade por atos e omissões na função legislativa.	437
105. O regime da Lei n.º 67/2007	443

§ 6.º

Os direitos fundamentais como limite material da revisão constitucional

106. Os limites materiais do art. 288.º.	451
--	-----

§ 7.º

O referendo sobre direitos fundamentais

107. O referendo político nacional.	455
---	-----

CAPÍTULO IV

O REGIME ESPECÍFICO DOS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

§ 1.º

O princípio da reserva de lei

108. Liberdade e lei.	457
-------------------------------	-----

§ 2.º

O princípio da carácter restritivo das restrições

109. A complexidade das restrições	459
110. As restrições das restrições	468
111. A afetação individual de direitos apenas verificados os pressupostos e com as garantias da Constituição e da lei	473
112. Auto-restrição e auto-suspensão de direitos	478

§ 3.º

O carácter excecional da suspensão

113. As situações de necessidade constitucional.	481
114. O regime da suspensão.	488

§ 4.º

Outros princípios e regras

115. A autotutela mediante o direito de resistência.	497
116. A responsabilidade criminal por violação de direitos, liberdades e garantias.	506
117. O regime reforçado dos direitos, liberdades e garantias do art. 19.º, n.º 6, da Constituição	509
118. Direitos, liberdades e garantias e órgãos independentes e consultivos da Administração.	511
119. O acesso a instâncias internacionais	514
120. A informação internacional pelo Estado português	516

§ 5.º

O regime orgânico

121. A reserva de competência legislativa do Parlamento sobre direitos, liberdades e garantias	517
122. A competência parlamentar internacional sobre direitos, liberdades e garantias	522

CAPÍTULO V

**REGIME ESPECÍFICO DOS DIREITOS ECONÓMICOS,
SOCIAIS E CULTURAIS**

123. A exigência de efetivação pública	525
124. O princípio da iniciativa social	530
125. O princípio da democracia participativa	531
126. A dependência da realidade constitucional	534
127. O problema do retrocesso social	537
128. Crise económico-financeira e estado de exceção	544
129. O princípio da relativa relevância das condições económicas dos titulares	548

130. A informação internacional sobre direitos económicos, sociais e culturais	552
131. A proteção internacional.	553
132. A competência de regulamentação dos direitos económicos, sociais e culturais	553